



Bolsas Na quarta-feira	Pontuação B3 Ibovespa nos últimos dias	Dólar Na quarta-feira	Salário mínimo Últimos	Euro Comercial, venda na quarta-feira	CDI Ao ano	CDB Prefixado 30 dias (ao ano)	Inflação IPCA do IBGE (em %)
1,04% São Paulo	132.437	R\$ 5,463 (- 0,78%)	31/julho 5,600 1/agosto 5,545 4/agosto 5,506 5/julho 5,506	R\$ 6,369	14,90%	14,91%	Fevereiro/2025 1,31 Março/2025 0,56 Abril/2025 0,43 Maio/2025 0,26 junho/2025 0,24
0,18% Nova York	134.537						

GUERRA COMERCIAL

Plano de socorro segue para Planalto

Segundo Haddad, as medidas pensadas para ajudar exportadores já estão na mesa de Lula, aguardando aprovação

» RAPHAEL PATI
» FERNANDA STRICKLAND

O governo está próximo de anunciar um plano de contingências para auxiliar os setores atingidos pela tarifa de 50% sobre produtos brasileiros importados pelos Estados Unidos. Segundo o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, o documento já está pronto e foi apresentado ainda ontem ao presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.

“Nós procuramos entender a encomenda do presidente em relação ao detalhamento. Nós dissemos para ele que a questão, empresa por empresa, não precisa, evidentemente, ser retratada em lei”, comentou Haddad, ao indicar que a proposta seguirá para o Congresso em forma de medida provisória “para entrar em vigor imediatamente”.

O ministro confirmou que o plano prevê a concessão de crédito para as empresas mais impactadas pelo tarifaço e criticou a oposição por estar “atrapalhando o país”, ao misturar temas políticos com econômicos. “O governo vai fazer a parte dele e isso eu posso garantir. Mas é preciso uma ação coordenada das forças nacionais. Estou falando do empresariado, estou falando dos governadores, estou falando de todos, para inibir um crime de lesa-pátria que está sendo cometido diariamente”, disse, ainda, o ministro.

Segundo fontes do Planalto, a intenção de Lula é criar um programa de garantia de emprego, com suporte para setores afetados, especialmente os pequenos exportadores. O governo considera que o impacto orçamentário deve ser pequeno e compensado com outras medidas ainda não reveladas. De acordo com um levantamento da Confederação Nacional da Indústria (CNI), publicado ontem, cerca de 8 mil itens serão taxados com tarifas adicionais anunciadas desde o início do mandato do presidente dos EUA, Donald Trump. Esse número representa 77,8% de toda a pauta exportadora entre as duas nações. Ao todo, 10.298 produtos foram

Diogo Zacarias/MF



Segundo o ministro Haddad, as medidas serão encaminhadas em forma de medida provisória, para dar celeridade



É preciso uma ação coordenada das forças nacionais. Estou falando do empresariado, dos governadores, de todos, para inibir um crime de lesa-pátria que está sendo cometido diariamente”

Fernando Haddad, ministro da Fazenda

identificados dentro da pauta exportadora entre Brasil e Estados Unidos neste levantamento. Na avaliação do presidente da CNI, Ricardo Alban, os dados revelam a “dimensão do problema enorme” que o país terá de enfrentar e

o quanto será necessário avançar nas negociações para reverter esses entraves comerciais.

“É um trabalho que precisa envolver governos e os setores produtivos. Os EUA são os principais parceiros comerciais da

indústria, precisamos encontrar saídas”, frisa Alban. Ainda de acordo com o levantamento, cerca de 41,4% da pauta exportadora brasileira aos EUA, que representa 7.691 produtos de diversos setores, está sujeita à alíquota máxima de 50%. Em 2024, a exportação desses bens alcançou US\$ 17,5 bilhões.

Uma projeção realizada pela Associação Brasileira do Agrogêcio (Abag) ainda prevê que o prejuízo do país com esta nova tarifa pode chegar a US\$ 32 bilhões — o que equivale atualmente a R\$ 175 bilhões — em exportações na próxima década. Itens como café e suco de laranja produzidos no Brasil representam mais de 30% do consumo norte-americano. Os Estados

Unidos também são o segundo maior comprador de carne bovina e de frango brasileiros.

Na avaliação do coordenador de Comércio Internacional da BMJ Consultores, Vito Villar, setores como café, açúcar, frutas e carnes devem estar entre os primeiros impactados pelo tarifaço. “Bens manufaturados, incluindo automóveis, máquinas e eletrônicos, também devem ser afetados, com risco de queda expressiva nas exportações e possíveis interrupções nas cadeias de suprimentos”, considera o especialista.

É importante destacar que as aeronaves e suas peças não entram na lista do tarifaço. Também ficaram de fora outros produtos amplamente comercializados, como minério de ferro, madeira e

celulose, combustíveis, veículos de passageiros, eletrônicos, fertilizantes e determinados produtos à base de ferro, aço e cobre.

Para o advogado e mestre em propriedade intelectual pela George Washington University e sócio da SPLAW Advogados, Benny Spiewak, o Brasil tende a ser mais afetado com o encarecimento dos produtos nos EUA do que, propriamente, o consumidor norte-americano. “Ainda que os EUA sofram impactos em setores que importam insumos brasileiros, a imposição me parece calibrada para atingir setores estratégicos do Brasil, inclusive com uma intenção de exigir respostas regulatórias brasileiras”, pontua o especialista.

Negociações

Haddad e o vice-presidente Geraldo Alckmin ainda negociam, na tentativa de reverter a taxaço. O ministro da Fazenda, inclusive, confirmou que terá uma reunião virtual com o secretário do Tesouro dos Estados Unidos, Scott Bessent.

A advogada especializada em agronegócio, Thais Carolina Lessa, avalia que o ideal para o Executivo seria, em um primeiro momento, a adoção de medidas diplomáticas para negociar diretamente com o país impositor das tarifas. “Em um segundo momento, caberia ao Brasil buscar novos mercados para o escoamento da produção, visto que atualmente é de grande escala. No entanto, tal redirecionamento representaria não apenas um desafio logístico e comercial, mas também o enfraquecimento da presença e influência do país no cenário internacional, gerando grandes prejuízos econômicos e estratégicos a longo prazo”, destaca.

O melhor caminho hoje para a negociação, segundo a advogada, seria uma conversa diplomática bilateral com o EUA, buscando entender os reais motivos dessa imposição e apresentar medidas de flexibilização. “Essa é a via menos traumática para o nosso país, que envolve negociação técnica e política, devendo demonstrar que o país não apresenta uma ameaça.”

Apex amplia atuação nos EUA e prepara reação ao tarifaço

» RAFAELA GONÇALVES

O presidente da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil), Jorge Viana, afirmou que a entidade criará um escritório em Washington para apoio às empresas brasileiras impactadas pelas tarifas de 50% impostas pelos Estados Unidos, que entraram em vigor hoje.

De acordo com ele, a agência seguirá o trabalho já realizado atualmente em parceria com a Câmara Americana de Comércio (Amcham, na sigla em inglês). “Já temos três bases nos Estados Unidos — Miami, São Francisco e Nova York — e agora estamos estabelecendo uma nova presença em Washington, em parceria com a Amcham. Já atuamos juntos, mas, diante desse cenário desafiador, estamos fortalecendo ainda mais essa colaboração”, disse em conversa com jornalistas.

Viana afirmou que a entidade está trabalhando em um plano próprio de apoio às empresas afetadas, que deve complementar as medidas do governo federal. A iniciativa tem como objetivo oferecer suporte emergencial, com foco na promoção comercial e na diversificação de mercados. “Nós fizemos isso no Rio Grande do Sul”, comentou ao lembrar das enchentes que atingiram o estado no ano passado.

O presidente da Apex também informou que há uma frente atuando para ampliar o número de exceções à nova taxaço imposta pelos EUA. Setores estratégicos como carne e café estão entre os alvos das negociações. “Tem alguns que já estão fora das taxas. Estamos lutando para que mais setores fiquem de fora. Carne e café são prioridades, porque têm peso nas exportações e impacto direto nos produtores brasileiros”, afirmou.

Divulgação/Apex Brasil



Viana informou que a Apex pretende abrir escritório em Washington

Para Viana, muitos produtos devem sair da lista de incidência da taxa de 50% por conta do próprio

interesse dos EUA. “Um estado norte-americano cuja indústria depende de um produto brasileiro,

que agora ficou 50% mais caro, também enfrenta um problema sério. É uma dificuldade para quem exporta? Claro — pode ser que a venda simplesmente pare. Mas o impacto é ainda maior para quem está lá, do outro lado, e depende desse insumo. É nessa lógica que estamos atuando.”

O objetivo da articulação em nível local é envolver governos estaduais dos EUA nas negociações. A expectativa é que, sensibilizados pelos impactos econômicos, esses governos possam contribuir nas conversas. Com a nova base em Washington, a Apex aposta em ação local para reverter tarifaço. A estratégia prevê o diálogo com governadores e parlamentares norte-americanos por meio de entidades brasileiras que atuam em território americano.

Segundo a entidade, está sendo feito um mapeamento dos

principais pontos de entrada dos produtos brasileiros no país. A partir disso, a agência busca se aproximar de entidades locais com capacidade de interlocução, para que elas atuem junto a lideranças estaduais e parlamentares pressionando o governo Trump pela revisão das tarifas.

Apesar de atuar de forma complementar, Viana ressaltou que a Apex tem autonomia e agilidade para implementar ações próprias. Ele comentou, ainda, as medidas esperadas para o plano de contingência que deve ser anunciado pelo governo nesta semana. “Esse plano de contingência provavelmente vai trabalhar garantias e empréstimos, socorro para as empresas, desoneração. Mas isso aí é a Fazenda que está fazendo, junto com o Mdic. Nós podemos fazer o nosso, para as empresas que trabalham com promoção. Porque é o nosso ofício fazer isso”, disse.